

## **Ata da Reunião Ordinária dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia**

Inicialmente, é importante esclarecer que a integra das reuniões do Conselho Administrativo estão disponíveis em mídia eletrônica no site do Instituto, as quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, desta gravação. Todos os fatos ocorridos na reunião, encontram-se registrados na referida mídia, a qual deverá ser consultada para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Aos **21 (vinte e um) dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove**, às 18:00 (dezoito) horas, no Auditório Carlos Tontolli (Sala de Imprensa), da Prefeitura Municipal de Paulínia, reuniram-se os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto, conforme Regimento Interno dos Conselhos.

**Pauta do dia:** 1- Leitura e votação da Ata do dia 14/01/2019; 2- Apresentação atualizada da carteira de investimentos do Instituto, pelo Comitê de Investimentos; 3- Apresentação da Normatização dos valores gastos com viagens/eventos; 4- Apresentação do relatório gerencial dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018; 5- Apresentação/definição do site do Instituto; 6- Prestação de contas do mês de novembro de 2018 pelo Conselho Fiscal.

Tendo início os trabalhos do dia, a partir do **primeiro item da pauta**, o Sr. Presidente tomou a palavra, confirmando com os demais conselheiros que participaram da reunião do dia 14/01/2019, o recebimento prévio da ata e sugerindo a aprovação, dispensando-se a leitura, tendo-se em vista o conhecimento e anuência dos referidos documentos, o que foi prontamente atendido por todos os envolvidos, tendo a ata sido aprovada por unanimidade. Na sequência, o **segundo item da pauta**, foi passada a palavra para o Diretor Administrativo Financeiro do Instituto, Sr. Douglas, para que fizesse a



Mausi  
19/01





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

apresentação da carteira de investimentos do Instituto. O mesmo iniciou a demonstração apresentando o montante atualizado da carteira de investimentos, que fechou o mês de dezembro de 2018 com um montante de R\$ 1.172.984.025,00 (um bilhão, cento e setenta e dois milhões, novecentos e oitenta e quatro mil e vinte e cinco reais), com um rendimento de 1,45% ao mês, taxa equivalente a aproximadamente três vezes o rendimento atual da caderneta de poupança, estando assim de acordo com a resolução 4695, onde se podia investir uma certa porcentagem de títulos em renda fixa e outra porcentagem em títulos variáveis. Falou da recente mudança realizada pelo Ministério da Fazenda, exigindo que somente gestores e/ou administradores que tenham comitê de risco poderão gerir os fundos dos RPPS, sendo assim, o Instituto não poderá mais aplicar novos recursos em fundos que não estejam enquadrados nessa nova situação e que terá 180 dias para sair dos mesmos, desde que tenham liquidez. Deu como exemplo para esta situação a RJI, pois está em vários seguimentos como multissetorial, multimercado sculptor, infra saneamento, gestão empresarial, estando todos basicamente sem caixa e sem liquidez. Considerando todos esses podres e a posição que muitas vezes não mandam, Sr. Douglas citou a dificuldade em conseguir informações, dando exemplo da própria RJI, pois em janeiro de 2019 solicitaram, via ofício, o extrato da gestão empresarial do mês de dezembro de 2018 e obteve resposta negativa do gestor justificando o volume de trabalho. A Sra. Nívea exclama: Isso porque pagamos taxa de administração. Douglas continua: Isso para ver onde foi parar o profissionalismo. Como exemplo em gestão empresarial e para que todos tenham conhecimento, o Sr. Douglas comprometeu-se a trazer a partir de agora o histórico de cada fundo, e informando o que dá para fazer. Mostrou investimento da Pauliprev sendo utilizado até para apresentação musical do grupo Rolling Stones. Diante do histórico, estão estudando mais oportunidades e indicando gestores para fundos que estão sem. Devido a lista exaustiva, quem pode pegar esses fundos, não querem. Como os representantes do Instituto puderam conferir em uma assembléia de gestão empresarial, administradores como a RJI vem se aproveitando dessa situação, pois são os administradores, os gestores, os cotistas, os custodiantes, ou seja, detêm todo o trâmite do fundo. Na tentativa de sair do fundo dado como exemplo, já houve a indicação da

f.  
w  
x  
y  
z

Manu  
Jan<sup>2</sup>





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

Queluz como novo gestor. Pelo menos temos boas referências desse gestor, podendo dessa forma tirar um pouco das mãos da RJI, evitando assim a segregação de função. Apesar dos grandes bancos estarem autorizados a gerir e administrar fundos de RPPS's, muitos não os querem. A conselheira administrativa, Sra. Eliete, questiona sobre as participações em assembleias. Sr. Douglas responde prontamente informando sobre datas, locais e ainda sobre as despesas em viagens fora do estado como, por exemplo, no Rio de Janeiro. Nesse momento o conselheiro fiscal, Sr. Fábio, diz sobre a importância de se estar substituindo gestores, principalmente de outros estados, como forma de evitar despesas. O Sr. Douglas, membro do Comitê de Investimentos, retoma a palavra fazendo uma demonstração superficial de como os fundos atuam investindo valores a curto prazo e resgatando a longo prazo. Iniciou também uma demonstração dos enquadramentos, com relação a resolução 3922 do Banco Central, que define os valores de investimentos. Fez uma rápida demonstração dos limites de enquadramento, das consequências e das soluções. Em seguida iniciou-se a apresentação das taxas de administração, mostrou que várias estão alinhadas com o mercado com 0,2%, 0,6% e 1%. Chamou a atenção para a administradora Genial, que está com uma taxa de administração de 3%, valor muito acima da média do mercado. Após algumas discussões com todos os presentes sobre esse assunto, o Sr. Douglas retoma a palavra apresentando a proposta de resgate de três fundos, entre eles TMJ, cujo administrador é a RJI e o gestor é a Elleven. Este fundo teve um valor aplicado de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). O valor atual (17/01/2019) corrigido está em R\$ 28.181.009,52 (vinte e oito milhões, cento e oitenta e um mil, nove reais e cinquenta e dois centavos). Após demonstrar a análise do Comitê de Investimento, preocupações e os rumos que este fundo está tomando, iniciou-se uma discussão por parte da conselheira fiscal, Sra. Ligian, questionando que já havia sido pedido o resgate do fundo em questão, informação confirmada também pelo conselheiro administrativo, Sr. Reginaldo. O Sr. Douglas confirmou prontamente que o resgate foi solicitado em fevereiro de 2017 e seu efeito se dará em fevereiro de 2021. Após dar todos os detalhes do fundo, principalmente com relação aos cotistas, e para não esperar os 1460 dias, foi sugerido para apreciação o resgate, pagando 15% do valor resgatado, recebendo em 31 dias

maurício FAB

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

em conta corrente após a data efetiva do pedido. Nesse momento, novamente a conselheira fiscal Sra. Ligian, faz menção a um resgate no passado de investimento destinado ao Porcão, onde também se pagou multa (pênalt), resultando em questionamentos e responsabilizações pelo TCESP. Inicia-se uma discussão em função das consequências em se resgatar um valor aplicado que, após o pagamento da multa, obterá um valor líquido bem abaixo do valor investido. Quais as consequências? Existem exemplos no mercado? O Sr. Douglas dá como exemplo o Município de Taboão da Serra, que fez o resgate nos moldes que se pretende, mas a diferença é que, no município citado, ainda saíram com R\$ 2,00 de juros, ou seja, ainda assim houve rendimento. O conselheiro administrativo, Sr. Reginaldo, fala do seu desconforto sobre o caso, principalmente perante os órgãos regulamentadores, falando inclusive numa eventual improbidade administrativa. Nesse momento o conselheiro fiscal, Sr. Fábio, entra na discussão dizendo ser favorável ao resgate diante das justificativas, e vai além: “se der improbidade administrativa, será para o prefeito da época que fez a aplicação e não do atual”. A conselheira administrativa, Sra. Eliete, também entra na discussão dizendo ser favorável ao resgate mediante justificativa jurídica plausível. A Sra. Ligian, conselheira fiscal, lembra que no caso do Porcão, como citado anteriormente, o contador Sr. Rogério, foi quem deu as diretrizes perante os órgãos fiscalizadores. Reforça com mais veemência da necessidade da fundamentação, sendo acompanhada pelo Sr. Reginaldo. A Sra. Nívea diz também ser favorável ao resgate, pois estará saindo com menos prejuízo possível, quando o Sr. Reginaldo indaga, “e se daqui dois meses esse fundo vai lá nas alturas”. A Sra. Eliete questiona como esse resgate é visto pelo Sr. Ronaldo da LDB, nesse momento a Sra. Nívea responde que nem as mensagens do Instituto estão sendo respondidas por ele e informa que este será um próximo assunto a ser trado com o conselho, sobre o contrato da LDB. Antes de mudar para o próximo assunto, o Sr. Douglas reforça a importância de pedir o resgate desse fundo mesmo pagando a multa. A Sra. Nívea interrompe e solicita que ele discuta o caso em tela no Instituto com o Sr. Rogério, contador, ainda essa semana. A Sra. Ligian diz da probabilidade de mudança na regra por parte do TCESP. O Sr. Douglas dá a opção da venda de fundos no mercado secundário, onde a perda seria bem menor. O entrave seria

*marie*  
*for*



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

encontrar um RPPS que queira assumir. Ao mesmo tempo informa da impossibilidade, pois nenhum RPPS vai poder e/ou querer entrar numa RJI e ELLEVEN. Nesse momento o Sr. Fábio confirma a informação, acrescentando que é porque estão na lista exaustiva e ainda fala da probabilidade do gestor Elleven encerrar suas atividades a qualquer momento. A Sra. Eliete sugere então consulta jurídica na Abipen sobre a situação, estando o Sr. Douglas de acordo. A Sra. Sandra, entra na discussão solicitando da Sra. Nívea que intime o Sr. Ronaldo da LDB para que se manifeste sobre o assunto. Informou também que num passado recente foi solicitado algumas informações, este negou-se, alegando que por determinação da Sra. Marina, então diretora financeira do Instituto, estava impossibilitado de passar qualquer tipo de informação. A Sra. Nívea então sugere que a partir de agora toda e qualquer tipo de informação seja solicitada diretamente ao Sr. Douglas, novo diretor administrativo financeiro do Instituto e também ao comitê de investimentos. A Sra. Eliete insiste para que a Sra. Nívea, na qualidade de diretora presidenta do Instituto, faça contato com o Sr. Ronaldo para verificar seu posicionamento a respeito dos fatos. A Sra. Sandra porém insiste em saber os motivos que ensejaram as negativas da Sra. Marina em passar informações as conselheiras, questionamentos estes ratificados pela Sra. Eliete. Nesse momento o Sr. Edson, também se posiciona sendo favorável ao resgate do investimento mediante todas as informações passadas pelo comitê sobre o risco de pulverização do valor aplicado, sem deixar de considerar, é claro, as preocupações do Sr. Reginaldo a respeito das implicações futuras. Nesse momento a Sra. Nívea intervém dizendo que apesar de todo o cenário ser propício ao resgate, é também favorável a toda e qualquer tipo de checagem sobre a legalidade, evitando assim problemas futuros. O Sr. Reginaldo sugere então que após levantamento de todas as dúvidas e soluções sobre o assunto, que seja discutido em reunião extraordinária pelo conselho, levando-se em consideração a instabilidade do mercado financeiro. O Sr. Douglas passa então a apresentar mais uma proposta de resgate, dessa vez sobre o fundo Geração, administrado pela Genial Investimento e gerido pela GF Gestão. As justificativas de resgate apresentadas pelo comitê de investimentos se dá pela alta taxa de administração, em relação as praticadas no mercado e que sua rentabilidade vem perdendo até para o CDI. Seu resgate não implicará em perdas e também

Manoel  
FAB

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

não haverá penalidades. Questionados sobre qual seria a sugestão de aplicação, o Comitê de Investimentos então sugere fazer uma análise entre os grandes bancos que estão com taxas de rentabilidade bem mais atrativas do que as atuais, pois como já dito, vem perdendo até para o CDI. Nesse momento o Sr. Douglas sugere que após a verificação da melhor opção de investimento, as informações fossem transmitidas ao conselho por e-mail e que após análise, os conselheiros fizessem seus votos também por e-mail, uma forma de agilizar e também ganhar tempo. A princípio e após várias discussões sobre a forma de análise, ficou definido o encaminhamento por e-mail das melhores opções de investimentos, para deliberação sobre o resgate. Passa então o Sr. Douglas a apresentar a terceira proposta de resgate do fundo Vinci Gás Dividendos que teve o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), aplicados em 31/07/2015 e que a posição do valor investido em 31/12/2018 era de R\$ 30.899.384,90 (trinta milhões, oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos). Foi explanado sobre a excelente evolução do fundo, mas que ultimamente vem tendo quedas significativas. A proposta de reinvestimento seria Porto, Bradesco e Bahia (administrado também pelo Bradesco). Então o Sr. Reginaldo questiona se podemos investir no Bahia e se ele está recebendo RPPS. Também há o posicionamento do Sr. Fábio informando que o Bradesco está abrindo mão dos RPPS's. Após discussão entre os presentes, ficou definido a verificação e análise pelo Comitê de Investimentos da melhor opção de investimento e da aceitabilidade ou não de RPPS's. A Sra. Eliete diz que, segundo informações passadas pela Sra. Marina, as aplicações na Caixa estão inadequadas e que teria que resgatar esses valores e reinvestir adequadamente dentro da própria Caixa. Sendo assim questiona se estas aplicações da Caixa estão sendo apresentadas e discutidas nesse relatório do Comitê de Investimentos. Sr. Douglas informa que essa inadequação se dá em virtude do DI e que estão sendo realocadas dentro de um único CNPJ, mediante a aprovação do conselho é claro. O Sr. Fábio informa que a inadequação se dá em virtude da rentabilidade, que este investimento estava rendendo a metade de outro, da própria Caixa. A Sra. Eliete reforça que a informação está no Pró-Memória, que o Comitê de Investimentos na época ficou de fazer o levantamento na ALM, e que após a realização do Censo, faria a apresentação. E

Marina





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

como estão esses investimentos hoje, continua do mesmo jeito? Questiona a Sra. Eliete. O Sr. Douglas então informa que o CDI, de uma forma geral, entre a Caixa e o Santander está ruim, e que uma melhor opção hoje seria o índice de mercado Ambima, que é referenciado em títulos públicos basicamente. O Sr. Douglas reforça a necessidade de autorização para retirar todos os valores investidos em DI, passando para o IMAB. O Sr. Reginaldo questiona sobre a taxa de administração praticada nos IMAB's. Sr. Douglas responde que a taxa praticada está de acordo com as praticadas no mercado. A Sra. Sandra informa que, segundo a Sra. Marina, os investimentos da Caixa estavam rendendo menos que a Poupança, sendo novamente motivo de discórdia entre as duas pelo fato da demora em apresentar as opções. Nesse momento o Sr. Douglas intervém informando que as demonstrações que estão sendo apresentadas foram trabalho da Sra. Marina e que o atual Comitê de Investimento só passou um pente fino para fazer a apresentação. Informou também que, pelos valores envolvidos e levando em consideração também a instabilidade política na cidade, a Sra. Marina achou por bem aguardar e posteriormente passar pelo conselho para análise. Novamente Sr. Douglas solicita aprovação para realocação/unificação do fundo Caixa FI Brasil IRF para o fundo Caixa FI Brasil IMA-B5, devido ao baixo rendimento do primeiro e também da facilitação dos trabalhos de gestão. Também é sugerido o resgate de R\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de reais), do fundo Caixa Brasil Ref. DI longo prazo, passando para o IMAB-5, que está com a rentabilidade bem mais atrativa, mas mantendo suas características. Continua sugerindo o resgate dos fundos que estão com uma taxa de rendimento abaixo dos 7% e 8%, mantendo a característica de renda fixa ou fundo de renda fixa, assegurando dessa forma o patrimônio dos segurados. Deu exemplo de vários fundos como Santander DI com rendimento de 6,35%, Itaú Alocação Dinâmica II com rendimento de 8,23%, Itaú Referenciado com rendimento de 6,28%, Caixa FI Brasil com rendimento de 6,82%, o Referenciado DI de Longo Prazo com rendimento de 6,23% e a Caixa Brasil Ref. II com rendimento de 6,82%. Enquanto por outro lado, observamos que o fundo Bahia rendeu 23,14%, Icatu com rendimento de 21,64% e Da Vinci que, apesar da boa rentabilidade, foi sugerido o resgate em função do histórico que não é bom e o Geração Fia que também apresenta uma boa rentabilidade,

Mano 7



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

mas que a taxa de administração está muito alta. Resumindo, a proposta de resgate e reaplicação de seis fundos, mantendo todas as características de renda fixa e não de títulos variáveis. A Sra. Eliete questiona se tal situação não estaria infringindo a política de investimentos aprovada que foi amplamente discutida com o Sr. Ronaldo. O Sr. Douglas responde que toda movimentação estará amparada pela política de investimento do Instituto e também de acordo com a resolução 3922, por fim se comprometeu a detalhar de forma mais transparente os relatórios, facilitando dessa forma o entendimento para análise na tomada de decisão. O Sr. Fábio sugere uma maior diversificação na distribuição de valores nos investimentos e a Sra. Eliete solicita que para dar maior transparência nas movimentações financeiras, seja apresentado como estavam na política de investimentos e como ficariam nessa nova situação, resguardando o conselho e dando maior transparência aos resgates e aplicações. Na sequência o Sr. Douglas passa a apresentar o fundo de investimento do Banco do Brasil que está a dois anos sem aditivos, apresenta todas as saídas para deliberação do conselho tendo em vista que o vencimento da aplicação se dará em março de 2019. Neste momento o Sr. Fábio questiona sobre a operação compromissada que foi levantada pelo Sr. Ronaldo da LDB em 2017, mas que até hoje não se tem uma resposta. O Sr. Douglas compromete-se a dar uma resposta sobre o assunto o mais rápido possível. Já no final da discussão sobre o Comitê de Investimentos, a pedido da Sra. Sandra e com a concordância dos demais, definiu-se que a solicitação de resgate e aplicação será encaminhada por e-mail aos membros do conselho para análise e posteriormente convocada reunião extraordinária para consideração e voto dos conselheiros. Ficando definido que o conselheiro que não puder participar da reunião extraordinária, deverá proclamar seu voto por e-mail antecipadamente.

Já o **terceiro item da pauta**, também foi passada a palavra ao Sr. Douglas, Diretor Administrativo Financeiro do Instituto para que fosse apresentada a norma dos valores gastos com viagens e/ou eventos. Após a apresentação dos valores pré-estabelecidos para despesas com refeição e estadia ( até 4 hs, quando na cidade de SP , R\$50,00 e interior R\$25,00; de 4 à 8 hs, no interior do estado R\$ 50,00, e na cidade de SP R\$100,00; entre 8 e 16 hs, no interior, R\$ 75,00 e na cidade de SP R\$ 150,00; e quando há pernoite, R\$ 150,00 no interior e R\$ 300,00 na capital

Manuê



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

de SP), a qual foi aceita por decisão unânime do conselho, ficando determinado que se acrescentasse na norma antes da publicação, as palavras “**EM ATÉ**” precedendo cada valor, para que o servidor, ao utilizar este recurso, tenha bom senso e responsabilidade principalmente no tocante a prestação de contas, devendo sempre apresentar notas fiscais que comprovem os gastos. Nestes gastos não estão inclusos o deslocamento, que será ressarcido perante comprovantes fiscais.

O **quarto item da pauta**, trata da apresentação do Relatório Gerencial dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018, que também será apresentado pelo Sr. Douglas. Iniciou a apresentação corrigindo a chamada da pauta, pois a apresentação se refere somente aos meses de novembro e dezembro. O mês de outubro foi apresentado em conjunto com o mês de setembro em 2018. Em seguida iniciou falando de finanças e orçamentos, apresentou o número de aposentados, os gastos com folha de pagamento, pensionistas e auxílio doença. Após a apresentação do número de auxílio doença dos meses de novembro e dezembro e dos valores que esses números representam, iniciou-se uma discussão sobre o assunto. O Sr. Douglas comenta do levantamento realizado pelo setor de perícias médicas sobre o tema e que um dos resultados obtidos foi que algumas secretarias tem um termômetro com relação aos afastamentos. A Sra. Ligian faz uso da palavra e diz que em conversa com a Sra. Sandra, já haviam observado que a Secretaria de Educação foi a que teve o maior número de servidores com afastamento médico. E que somente para uma função houve mais de 40 afastamentos concedidos, que independente do servidor ter recolhido 11% sobre seu salário e de ter essa prerrogativa, o Instituto precisa do impacto orçamentário para suprir esses valores. Sra. Ligian continua sua fala dizendo que “se fizermos uma conta a grosso modo, o dinheiro mal está dando para pagar aposentadorias, pensões e auxílio doença e não vai dar para manter os gastos que a gente tem. Eu acho que, como já discutimos, a questão da base previdenciária é a mais importante para que a gente resguarde às pessoas que estão em vias de aposentar. Para que elas não passem o que as outras estão passando. Mas nós vamos ter que bater nisso, alguma coisa vai ter que ser feita. Eu não sei por onde pegar, no INSS é tão complicado você pegar um afastamento e no nosso eu estou vendo esse número crescer todo mês e ele não volta para

Manoia

gente no impacto. O Censo vai vir e vai fazer uma correção no déficit, mas isso aí vai estar? Não vai”, concluiu a Sra. Ligian. Nesse momento a Sra. Nívea informa que o setor de perícias do Instituto fará uma apresentação com assistentes sociais e enfermeiros sobre o trabalho que está sendo feito. Relata ainda que alguns servidores afastados estão se sentindo incomodados com essa nova política de ser convocado pelo enfermeiro, depois pela assistente social e assim por diante. A Srta. Suzi argumenta da carga suplementar, “pois há casos de professores que voltam do afastamento e pegam uma carga suplementar alta e logo em seguida se afastam novamente, e nesse caso passa para a Pauliprev essa base suplementar alta? “. Nesse momento a Srta. Eliete sugere reunião extraordinária e já coloca no pró-memória. A Sra. Vera questiona sobre quais são as atribuições do setor de perícias, qual o papel da assistente social e se possuem buscas, uma vez que ir na casa é diferente de chamar no Instituto. A Sra. Nívea informa da apresentação, já no mês de fevereiro, com todas as informações necessárias por parte do setor de perícias. A Srta. Suzi retoma o questionamento informando que “existem servidores que se afastaram antes do término do ano letivo com uma certa contribuição, agora mesmo estando afastados, pegam uma nova atribuição, e muitas das vezes, mais alta. Então nesses casos, para efeito de cálculo em qual atribuição você enquadraria o servidor, naquela que ele estava antes de se afastar ou na nova? “. A Sra. Nívea então diz que no seu entendimento, o servidor em afastamento pode até escolher a nova atribuição, mas para efeito de cálculos deverá ser considerada a contribuição que estava enquadrada antes do afastamento, salvo melhor juízo. Entendimento esse que foi acompanhado pela maioria. A Sra. Ligian entra na discussão falando dos afastamentos médico por doenças psíquicas, dizendo que irá protocolar uma denúncia recebida via celular, contendo foto, de um servidor (a), em situação totalmente diferente de quem está com problemas de saúde. Informação compartilhada com a Sra. Sandra. Nesse momento a Sra. Nívea se compromete a verificar com o setor de perícias uma forma de antecipar a apresentação dos trabalhos que estão sendo realizados com os servidores afastados. Mais uma vez a Sra. Sandra entra na discussão e relata que “não é caça às bruxas, mas sim um trabalho de investigação destinado a quem está trabalhando”. Citou o caso de uma servidora que ficou afastada durante oito anos, exercendo diversas



atividades, tudo registrado em redes sociais. Quando anunciada sua alta, pediu exoneração do cargo e mudou de país. A Srta. Suzi relata que no momento que o DRH iniciou a polêmica medida de cortar benefícios em faltas injustificadas, houve uma queda significativa dessas faltas. Disse também que alguns funcionários parabenizaram o departamento pela iniciativa. O servidor Sr. Luiz Antônio solicita o uso da palavra e questiona como um servidor em afastamento recebe promoção. Fala do absurdo, da imoralidade, da falta de caráter, além da falta de consciência. Solicita uma ação mais enérgica do Instituto em criar normas para se evitar tais absurdos. O Sr. Douglas retoma a palavra informando que no ano de 2017 o valor gasto com auxílio doença foi na ordem dos R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais). Informou também que a redução gradual se dá em função do trabalho exaustivo do setor de perícias. Faz menção também dos casos citados serem na maioria das vezes da Secretaria de Educação, uma das justificativas seria por ser a Secretaria com o maior número de servidores ou a má fé mesmo? A Sra. Nívea reforça que uma das justificativas para tantos afastamentos seria sem dúvidas o PCCV. Novamente o Sr. Luiz Antonio sugere a criação de uma campanha de conscientização do servidor sobre o assunto. Talvez nesse momento ele tenha tido uma das ideias mais louváveis da noite, que é a alteração da lei no que diz respeito ao auxílio doença. Para que o período de afastamento deixe de fazer parte do tempo de serviço no momento da aposentadoria. A Sra. Sandra então reforça o entendimento de que quando o afastamento deixar de contar tempo como é feito no INSS, com certeza cairá o número de servidores afastados, sendo acompanhada pela discussão dos presentes. O Sr. Douglas continua a apresentação falando dos valores gastos no ano de 2018 com os conselhos administrativo e fiscal. Cita também a repatriação dos servidores cedidos ao Instituto. Inicia o detalhamento geral das despesas necessárias para o funcionamento do Instituto, como também dos contratos que estão em andamento. A Sra. Eliete questiona se os valores definidos em reunião do conselho como teto mensal de gastos, para despesas administrativas do Instituto, estão sendo suficientes e de que forma se deu seu início. Então o Sr. Douglas confirma que os valores definidos estão sendo suficientes e que, quando percebem que não será, realoca as despesas para o mês seguinte. Informa que não houve ato administrativo para o início da deliberação. Apesar dos valores

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

estarem definidos em reunião do conselho, registrados em mídia e também em ata, foi solicitado pela Sra. Eliete e também pelo Sr. Reginaldo que se oficializasse a deliberação dos valores autorizados em ato administrativo. É iniciado pelo Sr. Douglas o detalhamento do custeio administrativo, tendo sido solicitado pelos conselheiros em reuniões passadas. Há uma explanação sobre os valores recebidos pelo Comprev. A Sra. Nívea aproveita para informar sobre o baixo número de processos para inserção no sistema do Comprev e que estão muito próximos da aprendizagem ser feita por apostila, mas que enquanto isso as aulas permanecem. Informa também que todos os servidores do setor de perícias estão no processo de aprendizagem. O Sr. Douglas continua a apresentação fazendo um breve relato aos participantes do que é e como se dá o sistema de compensação. Detalha os recebimentos por parte da Prefeitura e Câmara ao Instituto e dos gastos com folha de pagamento aos funcionários concursados do Instituto. Faz a explanação das despesas previdenciárias. Ao comentar sobre a alta da folha de pagamento do Instituto justificada pela entrada dos servidores concursados, diz não saber como se dava a gestão do Instituto com apenas oito ou dez servidores cedidos. Ao iniciar as demonstrações sobre as receitas de contribuições, informa que o saldo positivo de 2018 em relação a 2017, houve uma redução de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e que após a finalização do Censo, poderá fazer um levantamento mais detalhado. Inicia nesse momento as demonstrações sobre o rendimento dos investimentos. A Sra. Ligian diz que observou um rendimento de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em um investimento da Caixa. O Sr. Douglas confirma e diz que não foi somente a Caixa, mas a maioria dos fundos, e o resultado com certeza foi o efeito da eleição, citando o Presidente eleito Jair Bolsonaro e também do Ministro da Economia Paulo Guedes, dando credibilidade ao mercado. Após a demonstração de rendimentos dos investimentos, o Sr. Douglas detalha as aposentadorias e benefícios concedidos, apresenta números e dispêndios com auxílio doença. A Sra. Márcia então questiona se os casos de servidores afastados a anos, haviam sido encaminhados para aposentadoria. Então o Sr. Douglas informa que esta informação será passada no momento da apresentação do setor de perícias. Inicia-se nesse momento o detalhamento dos contratos firmados com o Instituto e os resultados obtidos com o fim do prazo para realização do Censo. Vários



Marcia





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

questionaram se foi feito o corte dos pagamentos do mês de janeiro para quem não fez o Censo. Então a Sra. Nívea explica da coincidência de datas entre o fim do prazo para realização do Censo e o fechamento da folha de pagamento, tanto da Prefeitura quanto da Pauliprev. O servidor Sr. Luiz Antonio diz ter entendido que haveria o corte do pagamento, sendo sua fala seguida por várias pessoas. Novamente a Sra. Ligian ratifica as informações da coincidência de datas, não sendo possível dessa forma o corte de pagamento do mês de janeiro. Após várias discussões sobre esse assunto, Douglas continua a apresentação falando dos trabalhos da procuradoria e finaliza informando sobre os pedidos de antecipação do 13º salário, ficando definido que se mantenha a decisão tomada na reunião anterior, ou seja, de antecipar até o valor do saldo positivo, ficando as demais solicitações para o mês seguinte.

No **quinto item da pauta**, diz respeito a apresentação/definição do site do Instituto pelo Sr. Douglas, Diretor Administrativo Financeiro. O mesmo informou que devido a uma pendência na formalização do contrato, em razão da falta de uma CND da Receita Federal por parte da empresa vencedora, optaram por não colocar no ar enquanto se resolve, evitando qualquer tipo de problemas futuros. Mesmo assim, a empresa vencedora já está com o site pronto e que todos os testes já foram realizados e também se verificou que todas as demandas e solicitações foram atendidas. Dessa forma tão logo a empresa apresente a CND, o site entrará no ar. Informações estas também ratificadas pela Sra. Nívea, diretora presidente do Instituto.

O **sexto item da pauta** do Instituto, trata da prestação de contas do mês de novembro de 2018 pelo conselho fiscal. Passada a palavra a Sra. Ligian, Presidente do Conselho Fiscal, para suas considerações. De forma bem incisiva a Sra. Ligian fala sobre de que maneira apresentar as contas do mês de novembro de 2018 se já havia uma extensa apresentação do relatório gerencial dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018 por parte do Diretor Administrativo Financeiro do Instituto. Relata ainda de ser uma situação totalmente nova, diferentemente daquelas vividas num passado sombrio. Mas fez questão de ressaltar que a Prefeitura está pagando em dia, que o acordo de parcelamento vem sendo cumprido e que os valores dos débitos com a Prefeitura já estão em negociação. Fez menção também aos valores discutidos na administração

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

passada, falou dos três processos do Comprev e também da composição da folha com aposentados, pensionistas e afastados, da variação da folha de outubro para novembro que resultou em um montante de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais). Reforçou a fala sobre os fundos estressados e também a apresentação dos fundos rentáveis, não deixando, porém, de falar dos fundos problemáticos (podres). Com relação aos processos de empenho, cobrou o relatório mensal da assessoria de imprensa, e também da antiga fachada do prédio da Pauliprev, onde havia uma placa de inox com o logo do Instituto. A limpeza e manutenção do letreiro não passaria dos R\$ 800,00 (oitocentos reais), mas que o antigo diretor presidente, apesar de ter assumido que a reutilizaria, optou por fazer uma nova fachada no valor de R\$ 3.590,00 (três mil, quinhentos e noventa reais). Também relatou sobre duas pendências no CRT, que considerou ser em função de alimentação do site, mas a Sra. Nívea informou que é em função de um único extrato que não estão conseguindo inserir no sistema. A Sra. Ligian informou também que manteve o valor do déficit previdenciário, deixando para falar sobre ele após a conclusão do Censo. Considerou importante também, o início das discussões sobre a concessão de benefícios para regularizar a base previdenciária, protegendo dessa forma quem vai se aposentar e ajudando os servidores que tiveram suas aposentadorias glosadas. Sugere que já sejam iniciadas as discussões sobre a alteração da lei de contagem de tempo de serviço sobre os afastamentos. Diz também do abono que recebemos, mas que não há contribuição e a Sra. Nívea completa que irá começar a enviar notificações mensais para a Prefeitura cobrando o do mês e demais atrasados. A Sra. Ligian questiona ao conselho se poderá fazer suas apresentações trimestrais, quando a Sra. Eliete sugere que as apresentações do conselho fiscal não sejam na mesma data do relatório gerencial, pois causa muito desgaste. A Sra. Sandra opinou para que o conselho fiscal faça suas apresentações após a apresentação do relatório gerencial, pois seria uma forma de conferir os dados informados.

Encerradas as discussões em pauta, o Sr. Edson, faz uso da palavra para responder ao questionamento do guarda municipal, servidor Luiz Antonio, que nas discussões sobre resgate de aplicações sugeriu que o conselho administrativo mediante parecer jurídico já poderia e deveria fazer a opção pelo



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA**

resgate. Foi informado ao mesmo que, a cautela nesse caso se faz necessário para se preservar os servidores envolvidos na situação.

Nada mais havendo a ser apresentado ou deliberado e considerando o término da reunião, aproximadamente as 20:28 horas, eu, Edson Tomaz, Presidente deste Conselho de Administração, lavrei a presente ata, que segue para aprovação e assinaturas dos conselheiros.



**Edson Tomaz**  
Presidente do Conselho de Administração

**Suziane Barbosa dos Santos**  
Conselho de Administração



**Vera Lúcia Veronese**  
Conselho de Administração

**Andréia Cristina Pietrobon**  
Conselho de Administração

**AUSENTE**

**Marcos André Breda**  
Conselho de Administração



**Reginaldo Aparecido Naves**  
Conselho de Administração



**Eliete Maria da Silva**  
Conselho de Administração

**AUSENTE**  
**Nara Martins Moretti**  
Conselho de Administração



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

  
Sandra Ariadne Casassa  
Conselho de Administração

  
Ligian Regina Kalvon  
Presidente do Conselho Fiscal

  
Marcia R. Ambrozini Lopes da Silva  
Conselho de Fiscal

Sebastião Moreira Basílio  
Conselho Fiscal

Silvia Helena Beraldo Rodrigues  
Conselho de Fiscal

  
Fabio Ceconelo  
Conselho Fiscal



Ao  
**PAULIPREVI**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA**  
**C/C Conselho Administrativo**

Paulínia, 15 de janeiro de 2019.

Nós, membros eleitos e indicados do Conselho Fiscal, após análises das demonstrações financeiras do instituto referentes ao **mês de NOVEMBRO de 2018**, dentre elas: balanços, fluxo de caixa, processos de empenho, COMPREV, contratos entre outros, constatamos:

**1. REPASSES:**

VALOR PMP	Data Repasse	Aplicação
R\$ 9.363.753,68	07/11/2018	Santander Inst. FIC RF DI CNPJ 02.224.354/0001-45
VALOR CÂMARA	Data Repasse	Aplicação
R\$ 163.430,97	06/11/2018	BB Prev. RF Alocação Ativa CNPJ 25.078.994/0001-90

**2. PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS:**

REPASSES			
Pagamento	PARCELA	VALOR	Aplicação
20/11/2018	40	R\$ 664.253,59	Santander Inst. FIC RF DI CNPJ 02.224.354/0001-45

As parcelas referentes ao **PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS** foram pagas, porém com valores calculados sobre o contrato de parcelamento anterior e que **não contemplam os valores reais em atraso**, que totalizaram até **30/11/2018** o valor de **R\$ 65.516.719,40** referentes: Parte da Contribuição Patronal dos valores de auxílio doença no período de Nov/2014 a Dez/2016 incluindo 13º salário, Contribuição Patronal dos meses de Janeiro a Dezembro de 2015 incluindo 13º salário e Contribuição Patronal do meses de Janeiro a Maio e de Agosto a Dezembro de 2016 incluindo 13º salário.

**3. COMPREV**

Conforme Ofício nº 949/2018 de 09/10/2018, os valores da compensação previdenciária são repassados todo 5º dia útil para Caixa Econ. Federal AG 0860/220-3 - fundo FI BR IRF-M1 – CNPJ 10.740.670/0001-06 (5464).

COMPREV				
MÊS	Nº Processos	Glosas	Valor Pago (R\$)	Valor Compensado (R\$)
Novembro/2018	03	0	15.738,18	793.193,43

*Handwritten signatures and initials in blue ink:*  
 AP 15  
 S.  
 Marcia  
 P.  
 Pato

*Handwritten signature in blue ink.*



#### 4. FOLHA DE APOSENTADOS e PENIONISTAS:

	QTD	Valor
APOSENTADOS	1032	<b>8.383.348,84</b>
PENSIONISTAS	98	<b>497.499,67</b>
AFASTADOS	195	<b>1.125.681,84</b>
ATIVOS	37	<b>211.903,83</b>

#### 5. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS:

PERÍODO	Valor R\$	
OUTUBRO	<b>1.153.299.327,94</b>	<b>2.854.951,59</b>
NOVEMBRO	<b>1.156.154.279,53</b>	

FUNDO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	VARIAÇÃO
<b>Renda Fixa - Artigo 7º, Inciso IV a</b>				
Caixa Brasil Ref. DI Longo Prazo	103.187.844,80	96.632.716,31	86.339.000,15	-10.293.716,16
Institucional IMA-B 5 FIC	18.207.927,54	18.785.068,35	18.813.023,08	27.954,73
Institucional ALOC Dinamic II	18.343.705,81	18.437.040,36	18.574.795,54	137.755,18
Itaú Inst. Ref. DI FI	7.082.821,19	7.120.515,04	7.154.798,85	34.283,81
Institucional RF DI		2.291.571,47	9.327.819,66	7.036.248,19
TMJ IMA B FI RF	28.833.910,32	29.233.007,63	29.382.186,78	149.179,15
<b>RENDA FIXA - Artigo 7º, Inciso III a</b>				
Tower Brigde RF FI IMAB-5 II	57.734.970,43	58.321.713,65	58.604.742,89	283.029,24
Tower Bridge RF FI IMAB-5	18.104.259,55	18.365.076,36	18.186.726,49	-178.349,87
FIRF PYXIS Inst IMAB	35.460.031,62	37.097.810,44	36.660.328,92	-437.481,52
<b>RENDA FIXA - Artigo 7º, Inciso I b</b>				
Carteira Administrada BB	160.350.855,74	167.280.564,18	167.616.364,13	335.799,95
Caixa FI Brasil IRF-M1 TP RF	9.501.438,44	9.590.284,44	9.640.954,11	50.669,67
Caixa FI Brasil IRF-M1 TP RF II	53.448.822,31	55.010.939,40	56.097.692,94	1.086.753,54
Caixa FI Brasil IMA-B 5 TP RF LP	3.102.216,74	3.198.300,99	3.202.611,08	4.310,09
Caixa FI Brasil IMA-B 5 TP RF LPII	147.891.169,96	152.471.768,81	152.677.243,48	205.474,67
Alocação AT RF Previd.	24.312.303,23	25.326.269,40	28.175.506,01	2.849.236,61
Safra IMA FIC RF	6.231.644,83	6.739.183,11	6.844.389,62	105.206,51

*Handwritten signatures and initials in blue ink:*  
 ✓  
 AN  
 J.  
 S.  
 Maria  
 R. F.  
 Fabio



Carteira Longo Prazo NTN-B	104.231.025,77	107.507.530,96	105.177.115,80	-2.330.415,16
<b>CRÉDITO PRIVADO – Artigo 7º, Inciso VII b</b>				
Piatã RF LP	17.673.866,68	17.648.307,96	17.627.213,87	-21.094,09
<b>RENDA FIXA FIDC</b>				
<b>FIDC Incentivo II Mult. II</b>	<b>14.036.102,55</b>	<b>14.036.102,55</b>	<b>14.036.102,55</b>	<b>RECUPERAÇÃO</b>
GGR Prime I FIDC	14.641.118,02	16.005.709,81	16.103.111,84	97.402,03
Illuminati FIDC	43.764.271,74	44.441.525,15	44.390.470,18	-51.054,97
<b>LEME Fidc Senior</b>	<b>6.020.657,22</b>	<b>6.006.851,26</b>	<b>6.028.849,35</b>	<b>21.998,09</b>
BBIF Master FIDC LP	167.104,80	166.519,94	114.054,95	-52.464,99
<b>FIDC Incentivo Multisetorial I</b>	<b>79.120,06</b>	<b>79.120,06</b>	<b>79.120,06</b>	<b>RECUPERAÇÃO</b>
<b>MULTIMERCADO – Artigo 8º, Inciso III</b>				
<b>FI Mult. SCULPTOR</b>	<b>45.807.088,27</b>	<b>45.755.588,42</b>	<b>45.761.467,92</b>	<b>5.879,50</b>
<b>IMOBILIÁRIO – Artigo 8º, Inciso IV</b>				
Hazz	11.969.374,18	11.976.032,21	11.978.002,53	1.970,32
BR Hotéis FII	13.925.246,02	13.916.015,76	13.903.492,49	-12.523,27
Infra Real Estate FII	1.497.375,17	1.496.447,04	1.499.182,21	2.735,17
<b>FIP – Artigo 8º, Inciso IV</b>				
Infra Saneamento	13.338.039,72	13.314.732,27	13.301.539,46	-13.192,81
W7 FIP/Infrapec	2.150.645,91	2.146.846,70	2.143.397,10	-3.449,60
<b>FIP/Ático Gestão Empresarial</b>	<b>978.288,14</b>	<b>976.710,27</b>	<b>975.033,69</b>	<b>-1.676,58</b>
Ático Florestal FIP	<b>5.438.105,28</b>	<b>5.438.105,28</b>	<b>5.438.105,28</b>	<b>RECUPERAÇÃO</b>
Ático Geração Energia	15.571.904,38	15.575.839,77	15.570.264,58	-5.575,19
FIM FP1/FP2 Longo Prazo	25.063.774,91	25.061.219,73	25.058.662,35	-2.557,38
<b>AÇÕES – Artigo 8º, II</b>				
Vincci Gás Dividendos	25.949.935,48	28.530.166,19	30.216.079,26	1.685.913,07
Geração FIA	28.181.644,95	31.289.938,19	31.664.077,74	374.139,55
BBM Valuation II FIC Fia	26.634.149,43	28.995.599,62	29.854.658,24	859.058,62
Vanguarda Dividendos FIA	14.974.253,71	17.032.588,86	17.936.094,35	903.505,49

As atas do comitê se encontram a disposição no site do instituto.

*Handwritten signatures and initials in blue ink:*  
 W  
 A.  
 S.  
 Maria  
 Fabio

## 6. PROCESSOS DE EMPENHO/CONTRATOS E PREGÕES

EMPENHOS		
143/001	Letra Caixa - Logotipo	3.590,00
135/003	Ferraro Assessoria & Comunicação (sem relatório de atividades)	5.964,14

### 1. CRP válido até 11/04/2019

Pendências: Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Consistência e Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência

2. Déficit Atuarial - no valor de **R\$ 992.764.254,40**.

3. Parcelamento - Até 30/11/2018 totalizando **R\$ 65.516.719,40**.

4. Concessão de Benefícios com elevado número de glosas

5. Legislação pendente - 18/2001 - base previdenciária e 3345 e 3346/2013

Paulínia, 15 de janeiro de 2019.

  
**LIGIAN REGINA KALVON**  
Presidente

  
**MARCIA R. AMBROZINI LOPES DA SILVA**  
Conselheira Fiscal

  
**SEBASTIÃO MOREIRA BASÍLIO**  
Conselheiro Fiscal

  
**SILVIA HELENA BERALDO RODRIGUES**  
Conselheira Fiscal

  
**FABIO CECCONELO**  
Conselheiro Fiscal



**PAUTA DE REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA  
CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL**

DATA: 21/01/2019 – 18:00 HORAS

LOCAL: SALÃO NOBRE

(Paço Municipal)

1. Leitura e aprovação da Ata do dia 17/01/2019;
2. Apresentação atualizada da Carteira de Investimentos do Instituto, pelo Comitê de Investimentos;
3. Apresentação da Normatização dos valores gastos com viagens/eventos;
4. Apresentação do Relatório Gerencial dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018;
5. Apresentação/definição do site do Instituto;
6. Prestação de contas do mês de novembro de 2018 pelo Conselho Fiscal.

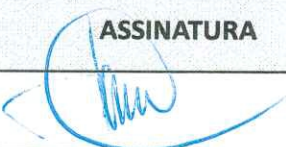



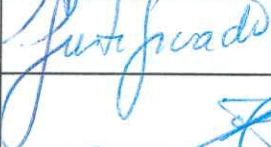
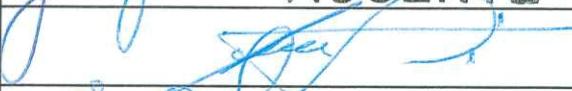




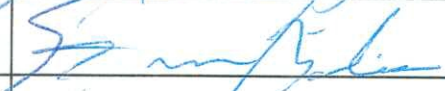

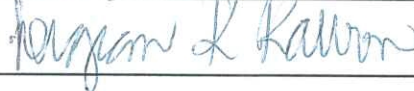
Paulínia, 16 de janeiro de 2019



**EDSON TOMAZ**  
Presidente Conselho Administrativo

**LISTA DE PRESENÇA DOS CONSELHOS  
ADMINISTRATIVO E FISCAL  
21 de janeiro de 2019 – 18 horas – Salão Nobre  
(Paço Municipal)**

**Reunião Ordinária Conjunta**

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	SUZIANE BARBOSA DOS SANTOS	
3	VERA LÚCIA VERONEZE	
4	ANDREIA CRISTINA PIETROBOM	
5	MARCOS ANDRÉ BREDÁ	 <b>AUSENTE</b>
6	REGINALDO APARECIDO NAVES	
7	ELIETE MARIA DA SILVA	
8	NARA MARTINS MORETTI	 <b>AUSENTE</b>
9	SANDRA ARIADNE CASASSA	
SEQ	NOME	ASSINATURA
1	SILVIA HELENA BERALDO RODRIGUES	
2	SEBASTIÃO MOREIRA BASÍLIO	
3	FÁBIO CECONELLO	
4	LIGIAN REGINA KALVON	
5	MÁRCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA	